



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA: um tema para o Serviço Social

Marjori Machado
Ana Carla W. Ribas
Beatriz Augusto Paiva
Carolina Rodrigues Costa
Cristiano Mariotto
Hilda Maricel Alonso Vera
Lucas Macario de Almeida
Tamires Cristina Vígolo

RESUMO

A partir da experiência em um projeto de extensão na área de inclusão digital que vem sendo realizado na aldeia indígena Itaty em Palhoça/SC, este relato visa apontar algumas ações realizadas pela equipe do Projeto com base na formação em Serviço Social, além de apresentar algumas reflexões sobre a utilização das tecnologias de informação pelos povos indígenas como instrumentos de resistência.

Palavras-chave: Questão Indígena, Guarani, Tecnologias de Informação, Serviço Social.

ABSTRACT

From the experience in a extension-program project of digital inclusion in the native village Itaty in Palhoça/SC, this report intends to point some actions taken by the project team based on the social work training, besides to present some thoughts about the using of information technology by the native people as a resistance instrument.

Keywords: Indigenous Question, Guarani, Information Technologys, Social Work.

Introdução

Este relato de experiência tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a temática indígena a partir do convívio e trabalho realizado com a população guarani da Aldeia Itaty localizada no Morro dos Cavalos em Palhoça/SC. O interesse pelo tema surgiu devido à participação num projeto de extensão que visa a formação dos jovens da aldeia em diferentes linguagens e técnicas na área da comunicação digital, para que atuem como produtores e multiplicadores de informações e representações locais. Embora não seja uma área comum de atuação dos assistentes sociais, a disputa pelo Fundo Público foi o que moveu nosso interesse, como estudantes de Pós-Graduação em Serviço Social. Nosso papel se estabeleceu na formulação do projeto de extensão enviado e aprovado pelo Ministério das Comunicações, na coordenação do mesmo e na relação com a população indígena, apoiando suas formas de resistência e/ou buscando identificar demandas sociais nas quais pudéssemos intervir. Os contatos iniciais foram realizados em outubro de 2011 e o projeto começou a ser executado em março de 2012, estando no momento atual em sua fase conclusiva.

Da convivência semanal com a população guarani e das discussões realizadas pelo grupo surgiram algumas reflexões, principalmente no que se refere às particularidades da questão social no Brasil e na América Latina. A temática indígena, ainda pouco explorada no interior do Serviço Social, exige um olhar mais aprofundado sobre a história do Brasil, suas contradições e as formas de resistência destes povos.

A Aldeia

A Aldeia Itaty faz parte da Terra Indígena (TI) Guarani do Morro dos Cavalos e possui cerca de 30 famílias concentradas na encosta de um morro com aclives acentuados e muitas pedras, sem condições para o plantio e/ou criação de animais. A TI foi reconhecida em 2003 após estudos realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI/SC e publicada no Diário Oficial da União em 2008. O território da demarcação é parte do Parque Nacional da Serra do Tabuleiro que existe desde a década de 1970. Atualmente passa pelo processo de desintrusão, ou seja, pelo pagamento de indenizações para retirada das famílias não-indígenas do local, última etapa antes da homologação da TI. Esse processo é apoiado pela maior parte da população que ocupa os espaços, entretanto, tem sido bastante conflituoso, já que representa um ponto de atrativos turísticos bastante importante para a região. Nesse sentido, vários empresários que percebem o potencial de investimento da região tem se posicionado contrariamente à demarcação e articulado forças para prorrogar e ou impedir sua homologação.

Atualmente a população vive às margens da BR-101 sul que se encontra em obras para a duplicação da rodovia. Neste processo, os indígenas são apontados como o obstáculo ao desenvolvimento da região, pois não aceitam a duplicação em suas terras, sugerindo a construção de túneis para que estas vias não interfiram na dinâmica da aldeia (em frente às suas terras, permanece pista simples). Foi criada em 1997 uma Comissão para Estudos de Impacto Ambiental, que avaliou a questão indígena. Destes estudos surgiram ações e medidas de mitigação e indenização para a população guarani para que não tivessem suas condições ainda mais precarizadas devido à execução das obras. Assim, surgiu o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani (PACIG), que buscou levar em conta a participação das Aldeias na formulação das ações para cada território. Para a Aldeia Itaty a ação prevista foi a construção nove casas, cujo processo de construção gerou diversos problemas com os funcionários das empresas terceirizadas contratadas pela FUNAI, que durante a execução das obras não respeitou os acordos prévios e não levaram em conta a opinião dos moradores. Ainda há defasagem de casas, sendo que algumas não contam com rede de esgoto.

No que tange às políticas educacionais, contam com uma Escola Estadual que é referência para outras escolas rurais indígenas, pois construíram um projeto político-pedagógico próprio, considerando as especificidades da população guarani. Esta construção foi uma luta travada pelas lideranças indígenas durante mais de cinco anos. Atualmente todos os professores da Escola são indígenas, e o diretor (não índio) foi indicado pela própria Aldeia, o que garante o tratamento diferenciado aos estudantes, possibilitando a preservação e o exercício de sua cultura e de sua língua. A maioria da população da Aldeia fala guarani e português, e há alguns que falam somente guarani, por isso ter professores locais facilita o aprendizado. Estas conquistas são batalhas diárias: a infraestrutura da escola não comporta a quantidade de alunos; este ano passou por alguns ajustes pela primeira vez desde sua construção. A burocracia e entraves institucionais da Secretaria Estadual de Educação e a chamada 'descentralização' que passa a responsabilidade de manutenção do espaço da escola para as Secretarias de Desenvolvimento Regional, acabaram dificultando o processo burocrático de solicitação e atendimentos às demandas.

Salvo os professores da Escola Itaty e alguns membros que são contratados para atividades esporádicas, a principal renda da aldeia vem do artesanato. Algumas famílias recebem a assistência do Programa Bolsa-Família. O artesanato representa não apenas uma fonte de renda para as famílias, mas também o resgate e exercício de algumas características da cultura guarani, já que sua produção é feita de forma coletiva e envolve a maior parte das mulheres e crianças da aldeia.

Atualmente não há assistentes sociais da Prefeitura de Palhoça acompanhando a aldeia. Em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social desse município, fomos informados de que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) responsável pela região do Morro dos Cavalos encontra-se com defasagem de pessoas, e por isso a Aldeia não recebe atendimento.

Desde agosto de 1999 com a Lei nº 9.836, o Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), assumiu a responsabilidade de estruturar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SuASI /SUS), cuja execução e coordenação é feita pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) ligada ao Ministério da Saúde. É organizada por 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). A Aldeia Itaty conta com uma Casa de Saúde onde são realizados atendimentos odontológicos e médicos semanais. A equipe de saúde é composta por médico, dentista, enfermeiro, técnico em enfermagem e agente de saúde indígena, mas os recursos são escassos para um acompanhamento contínuo. Quando há emergências, os moradores tem que se deslocar até os hospitais mais próximos. Em geral são levados por moradores da própria Aldeia, mas há um recurso para pagamento de táxi da FUNASA. Aqui vale ressaltar a necessidade da execução de uma política que pense na relação com a “medicina tradicional” e o papel do líder espiritual, já que para os guaranis não há cura física sem cura espiritual.

Outra questão que representa um obstáculo ao acesso à direitos e serviços sociais é a documentação. Grande parte dos indígenas ainda não possuem qualquer documento, ou perderam ao longo de seus deslocamentos entre Aldeias. Há uma dificuldade grande para que seja conseguida a segunda via de qualquer documento, já que muitas vezes não há um sistema integrado que garanta de maneira mais fácil seu acesso, pois são comuns os deslocamentos entre Aldeias.

O que percebemos é que no âmbito das políticas sociais, é importante pensar na dinâmica das comunidades guaranis, que como povo semi-nômade, necessita de uma rede de proteção articulada e descentralizada. Mesmo com leis específicas e decretos que garantem um atendimento diferenciado à esta população, muitas ações não são executadas pelas prefeituras e governos estaduais. Da mesma forma a centralidade da família prevista nas políticas sociais brasileiras deve compreender que os laços de parentesco são ainda mais complexos entre eles, que reconhecem qualquer guarani, independente do local onde mora como parente, fazendo com que a circulação de crianças, por exemplo, seja bastante comum. Para formulação de direitos e construção de políticas sociais que de fato respeitem essas características, a participação das populações indígenas nesses processos é fundamental.

Tecnologias de Informação e Resistência Indígena: um tema para o Serviço Social

A partir do século XX as transformações resultantes de um novo padrão de produção formam parte de um processo que de acordo com Castells (1999, s/p *apud* SANTOS, 2010, p.36) resulta em “uma revolução tecnológica com base na informação [que] transformou nosso modo de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer guerra e de fazer amor”. O impacto das transformações ocorridas no âmbito das tecnologias de informação e comunicação envolvem desde o controle e armazenamento de dados, passando pela difusão das informações através das mídias eletrônicas e digitais e pelas ações mais corriqueiras como é o caso das transações bancárias.

Mas afinal, o que um Assistente Social tem a ver com Tecnologias de Informação e Comunicação? Conforme citamos anteriormente, a disputa pelo Fundo Público foi o principal agregador da equipe, que viu no edital a possibilidade de realizar um trabalho junto à população indígena que não se resumisse em levar computadores para a aldeia. Embora não estivéssemos desempenhando o papel de Assistentes Sociais na execução do projeto, foi certamente a formação profissional na área de Serviço Social que permitiu ao grupo desenvolver as ações com uma percepção para além da aquisição de equipamentos e viabilização de oficinas de informática e mídias audiovisuais. A compreensão que norteou nossa ação durante todo o processo foi de que as tecnologias de informação atualmente consistem em importantes instrumentos de luta e resistência, podendo contribuir para a organização coletiva e fortalecimento da cultura indígena.

Entramos em contato com lideranças e professores da Aldeia Guarani Itaty em outubro de 2011, a fim de compartilhar com os mesmos a intenção de elaborar uma proposta de projeto para disputar o edital. Tendo em vista o interesse demonstrado e as diversas demandas apresentadas pela população da aldeia relacionadas à informática e mídias audiovisuais, a equipe elaborou o projeto procurando atender as expectativas identificadas nestes diálogos iniciais.

O projeto foi aprovado pelo Ministério das Comunicações em dezembro de 2011, porém a utilização dos recursos viabilizou-se somente em março de 2012, devido aos trâmites burocráticos entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), responsável pela gestão dos recursos. Neste período a equipe manteve o diálogo com a aldeia, efetuou duas seleções de bolsistas de informática e Serviço Social, definiu atribuições da equipe e efetuou o planejamento das atividades iniciais do projeto.

A partir da liberação dos recursos em março de 2012 foi efetuada a compra dos primeiros equipamentos necessários para a realização de oficinas de informática, as quais

foram iniciadas a partir de abril de 2012, sendo ministradas em uma sala existente na Escola Itaty, que foi equipada por meio de recursos do projeto. Desde o período mencionado até o corrente mês (junho de 2013) foram realizadas oficinas semanais, organizadas em três módulos, sendo os dois primeiros referentes à informática básica e o terceiro referente à mídias audiovisuais. O papel central do Serviço Social neste processo consistiu em coordenar e acompanhar o planejamento e execução das oficinas (no caso da equipe de coordenação) e de acompanhar e registrar as atividades (no caso de bolsistas de Serviço Social), tendo, porém, um olhar mais amplo da realidade vivenciada pela população indígena que permitiu identificar suas demandas centrais e de alguma forma incluí-las nas oficinas do projeto.

Tendo em vista as dificuldades inicialmente encontradas para a viabilização das oficinas, devido à ausência de sinal de internet no local, à condição inapropriada da fiação elétrica na sala utilizada para a execução das oficinas, bem como outras questões relacionadas à infraestrutura do laboratório de informática e da Escola Itaty como um todo, a equipe realizou um processo de negociação com a Secretaria Estadual de Educação (SED) e a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis, no intuito de reivindicar providências quanto às demandas descritas. Foram realizadas reuniões com representantes de ambas as Secretarias e enviados ofícios para tais órgãos, bem como houve um acompanhamento frequente sobre a ação das referidas Secretarias, com a finalidade de assegurar o atendimento às necessidades da Aldeia. Assim, assegurou-se o acesso à internet no laboratório de informática - ainda que limitado -, bem como a execução de uma revisão da rede de energia elétrica e adequação do laboratório. Tais ações expressam a compreensão existente entre a equipe, e também compartilhada principalmente por lideranças da Aldeia, de que qualquer trabalho consiste em uma ação eminentemente política, que exige dos sujeitos a capacidade de se organizarem e traçarem estratégias para alcançar os objetivos previstos no plano ideal.

Uma das demandas identificadas pela equipe e que deve ser ressaltada é a questão da identidade civil dos integrantes da Aldeia. A partir de um levantamento foi possível constatar que poucos membros da Aldeia possuem cédulas de identidade, cadastros de pessoa física, títulos de eleitor e demais documentos necessários para o exercício da cidadania, por isso foram realizadas orientações e articulações para a viabilizar a emissão dos registros civis (e indígenas, em alguns casos). Desta demanda surgiram diversas reuniões com a FUNAI, contatos com a Secretaria de Assistência Social de Palhoça, Cartórios e instituições responsáveis pela emissão de documentos. Estes contatos demonstraram que a burocracia para os indígenas é ainda mais complexa e exigiria um acompanhamento constante, devido à movimentação entre aldeias destes povos e o desconhecimento dos meios para resolvê-la. A maneira que encontramos de incluir esta

demanda no projeto, foi colocando-a como um dos focos a serem trabalhados no módulo referente à mídias audiovisuais, onde pretendíamos produzir um vídeo que desvendasse a burocracia para acessar a documentação indígena e civil, destacando os procedimentos e órgãos responsáveis por sua emissão. A produção deste vídeo não foi possível até então (pois a Aldeia apresentou outras demandas como prioridade), porém, a equipe viabilizou o registro civil de um jovem da Aldeia, o qual pôde assim se inscrever para o vestibular e assumir o cargo de professor na Escola Itaty. O fato de não atuarmos como Assistentes Sociais, como apontamos acima, dificultou o acesso a algumas informações e a alguns pactos políticos estabelecidos entre as prefeituras. Destacamos ainda que embora para o guarani a identidade tenha um outro significado - pois perpassa pela questão religiosa e não pelo registro em papel - para o Estado brasileiro as relações civis se pactuam por meio dos documentos oficiais. Portanto, o índio que não possui identidade civil é como se não existisse perante o Estado, e se não existe, não há acesso a direitos, nem luta, nem resistência.

Cabe destacar que a compreensão da equipe do projeto é de que as tecnologias de informação consistem atualmente em importantes estratégias de luta e resistência, podendo contribuir tanto no processo de organização social da população indígena, bem como na difusão de aspectos culturais indígenas, no intuito de preservar e fortalecer a cultura destes povos. As autoras Carraro e Sampaio (2008) reconhecem:

“[...] o potencial político da incorporação da mídia eletrônica como instrumento de luta e resistência por parte dos novos movimentos e organizações. Além disso, o alcance, em termos de multiplicidade de acessos, indica a sensibilização da opinião de outros sujeitos que passam a agregar demandas, interagir e comunicar, tornando ainda mais legítimas as causas coletivas” (CARRARO e SAMPAIO, 2008, s/p).

As articulações indígenas como movimentos sociais atuais, experimentam uma nova forma de organização que aliando a utilização das tecnologias de informação com a idéia de rede e/ou teias apresentada por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), representam o estabelecimento dos múltiplos laços e imbricações entre movimentos, participantes individuais e outros atores da sociedade civil e o Estado. Assim, podemos falar num alcance cultural e político que ultrapassa as fronteiras das comunidades locais. Neste sentido, a distância entre as aldeias passa a ser menor com a utilização das redes sociais, da mesma forma que a articulação com outros movimentos do campo se torna possível. É o caso da Marcha dos Povos da Terra realizada em junho deste ano com a articulação dos povos indígenas, camponeses e quilombolas no Mato Grosso do Sul após a morte do índio terena Oziel Gabriel. Após a divulgação pelas redes sociais a Marcha recebeu amplo apoio em outros locais do Brasil. Da mesma forma, a movimentação nas redes sociais em relação aos guarani kaiowa do Mato Grosso do Sul, na qual pessoas de diferentes movimentos e etnias

acrescentavam ao seu nome os termos 'guarani kaiowa', o que mais tarde resultou em manifestos em várias cidades do país.

A participação em eventos que tratassem da questão indígena dentro e fora da Aldeia também foi uma forma de estabelecer uma aproximação maior com as demandas desta população e suas formas de resistência. A participação no Acampamento Terra Livre realizado em junho de 2012 no Rio de Janeiro junto às atividades da Cúpula dos Povos, nas reuniões de articulação entre caciques e com diversas organizações e movimentos, possibilitou a percepção das lutas cotidianas dos povos ligados à questão da terra e importância da divulgação de suas pautas. Durante a Rio+20 fomos convidados a participar do *stand* do Ministério das Comunicações para apresentar o projeto. Entretanto, para que uma avaliação do projeto fosse feita pela população que o recebe, a equipe defendeu a presença da cacique e dos jovens para falar sobre a execução do mesmo. Foi um momento importante, onde também tivemos uma resposta sobre nossas formas de intervenção e onde conseguimos rever algumas ações para a continuação do projeto.

A equipe também se envolveu em manifestações e negociações relacionadas à luta indígena pela derrubada do Projeto de Emenda Complementar - PEC 215, a qual pretende transferir para o Congresso Nacional a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas, quilombolas e de áreas de conservação ambiental, atribuição esta que hoje pertence ao Poder Executivo. A aprovação desta Emenda Constitucional ameaçaria a demarcação de terras, tendo em vista o poder que a Bancada Ruralista do Congresso Nacional detém, o que se evidenciou inclusive através da aprovação do Código Florestal.

No início do projeto enfrentamos uma certa resistência por parte dos moradores mais velhos, que temiam que a presença de computadores prejudicasse o convívio na aldeia. A orientação aos bolsistas que ministravam as oficinas era a de que tentassem articular os conteúdos técnicos com notícias e temas indígenas. Até mesmo programas de escritório foram trabalhados através da digitação de contos guarani, da criação de *slides* com fotos, mitos e narrações indígenas. Mas foi através das redes sociais e da produção audiovisual que alcançamos um melhor resultado. Foram criados perfis e páginas da Aldeia que são alimentados pelos jovens, além da produção de pequenos vídeos que são postados com a intenção de divulgar a cultura guarani, eventos que acontecem na Aldeia e respostas ao processo de demarcação do território que, conforme já apontado, passa por um momento conflituoso.

Em todo o processo a equipe procurou respeitar as especificidades do povo guarani, adaptando o projeto às necessidades e preferências da Aldeia, tanto em termos de horários, dinâmica e conteúdo das oficinas, organização de turmas, etc. Entretanto a oscilação do número de participantes nas oficinas foi um contratempo no projeto e fez com que readaptássemos as aulas com a criação de um 'reforço' semanal de informática ministrado

por dois monitores indígenas do projeto num outro dia. Embora o foco fosse os jovens, nestas aulas o número de pessoas adultas aumentou, já que a língua era um obstáculo para entender os bolsistas. Aspectos culturais representaram infindas avaliações para que nos adaptássemos sem relativizar todas as suas atitudes e costumes, buscando sempre intervir da maneira mais positiva na aldeia.

Tendo em vista a tradição de oralidade que marca o modo de vida do povo indígena, a equipe percebeu como uma demanda da aldeia o registro audiovisual. Neste sentido, foram produzidos, pelos próprios jovens, vídeos sobre aspectos culturais guarani tratados nos conteúdos programáticos das turmas de Ensino Médio da Escola Itaty, bem como sobre as Semanas Culturais Indígenas Guarani realizadas em abril de 2012 e de 2013, com o intuito de divulgar e fortalecer a cultura do povo guarani.

Visando atender as preferências da aldeia, privilegiamos os conteúdos práticos nas oficinas sobre mídias audiovisuais, o que resultou em uma apropriação e protagonismo expressivo dos participantes do projeto, os quais produziram, além dos vídeos já mencionados, dois curtas-metragens sobre o mito guarani denominado Ojepotá e sobre a construção coletiva da Opy (Casa de Reza) - este último ainda em fase de elaboração. Percebemos um grande envolvimento da aldeia em torno deste vídeo, desde a sua produção, onde houve significativo protagonismo das crianças, até a exibição do trailer na Universidade Federal de Santa Catarina e do filme completo na Aldeia Itaty, ocasiões que reuniram a maioria dos índios locais e da aldeia vizinha Massiambu. Em agosto do corrente ano haverá o lançamento oficial do curta-metragem *Ojepotá – o primeiro filme guarani feito pelas crianças* na amostra de cinema que será promovida pelo Instituto de Estudos Latino Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina sobre os povos originários da América Latina. O objetivo da população da aldeia também consiste em divulgar em escolas e outras espaços este e outros materiais que serão produzidos.

A difusão de materiais audiovisuais onde a história e a cultura dos povos indígenas é mostrada pelos próprios índios, expressa uma forma de valorização do modo de vida e da resistência cultural destes povos, conferindo uma visibilidade maior às suas tradições culturais à sua história, às suas formas de luta e resistência.

O afastamento inicial dos *xeramõi* (pessoas mais velhas, consideradas detentoras da sabedoria guarani) foi aos poucos sendo superada, quando estes perceberam que as aulas pretendiam trabalhar com temas indígenas. Da mesma forma, a produção dos vídeos sobre mitos guarani levaram não apenas a mostrar a cultura de seu povo, como representou um momento especial na aldeia, quando os jovens ao buscarem mais informações para o seu filme, também exploraram os conhecimentos de pais, avôs e tios. Foi um processo bastante lento, já que a permanência é uma questão central para trabalhar com esta população. No início as informações sobre a aldeia, sobre os guarani, sobre as famílias não eram

compartilhadas, tanto pela questão da língua, quanto por uma resistência histórica (por ser próxima à Florianópolis -30min -, a aldeia recebe muitos visitantes e diferentes propostas de projetos e voluntários, o que sempre os beneficiou).

Considerações

Esta experiência tem sido um constante desafio e aprendizado para todos que se envolveram. Como um projeto de inclusão digital poderia ser conduzido por Assistentes Sociais? Mesmo não desempenhando este papel, é essa formação que conduz nossas ações e faz com que o projeto não se limite a um caráter técnico no âmbito da informática.

A defesa das tecnologias de informação como instrumentos de resistência parte de uma experiência vivenciada pela equipe que demonstrou ao longo destes quase dois anos que a articulação das populações indígenas são facilitadas por meio da utilização de redes sociais, produções textuais e audiovisuais, ainda mais quando nos referimos à população jovem. Obviamente o uso destas tecnologias de informação também podem ter um caráter de controle, manipulação e/ou limitação das informações repassadas. Entretanto, a utilização de páginas, sítios e fóruns podem contribuir para o caráter combativo dos movimentos sociais, garantindo que as suas vozes se expressem e possibilitando o acesso à informações que a 'grande mídia' não fornece, além disso, as grandes manifestações atualmente demonstram a força que as redes sociais podem ter para articular as pessoas.

Referências

CARRARO, Dilceane; SAMPAIO, Simone Sobral. A Arte da Resistência: Mídia Independente e Luta Anti-Capitalista. In: **Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico**, 2008, Florianópolis. Anais do Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico. Florianópolis: Editora Dom Quixote, 2008.

SANTOS, Samuel Salézio. **O Serviço Social na Era da Informação**. Trabalho de Conclusão de Cursos (Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (Org.); **A cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.